



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E DO
PECMA, NO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2011,
NO AUDITÓRIO 1 DA SEDE DO IBAMA EM BRASÍLIA-DF**

No dia 8 de novembro de 2011, às 15h30, foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária-AGE dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, no Distrito Federal, convocada pelo Presidente da Asibama/DF, Henrique Marques Ribeiro da Silva, da qual participaram 137 (cento e trinta e sete) servidores ativos e aposentados do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Serviço Florestal Brasileiro para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) Informes: PLC 01-10, Cód. Florestal e Carreira; 2) Violação do ponto eletrônico – Ibama; 3) Disponibilidade de transporte para servidores – Ibama/Sede; 4) Avaliação de desempenho – Ibama; 5) Reforma do restaurante – Ibama/Sede; e, 6) Apreciação de medidas judiciais coletivas: I - conversão da licença-prêmio não gozada em pecúnia; II - impedir a redução de proventos e pensões de servidores aposentados e pensionistas ocorrida quando da opção pelo PECMA.

O Presidente da Asibama/DF abriu a AGE sugerindo à plenária a alteração na ordem da pauta, para que as discussões e deliberações se iniciassem com a apreciação das medidas judiciais. Aceita a proposição, passou a palavra à Diretora de Integração de Aposentados e Pensionistas, Elizabeth Braga. Esta fez a leitura das ações judiciais propostas e forneceu as explicações solicitadas, principalmente quanto ao público objeto da ação da conversão da licença-prêmio não gozada em pecúnia, constituído pelos servidores que ingressaram antes de 2003. As ações judiciais propostas foram aprovadas pela maioria dos servidores presentes, tendo um voto contrário e sete abstenções. Foi acatada pela Asibama/DF a sugestão de verificação junto ao escritório de advogados, contratado pela associação, se há ação judicial sobre o questionamento de recolhimento integral de 11% para o INSS do servidor, tendo em vista que este, por ocasião de sua aposentadoria, perceberá apenas o valor do teto do INSS. Como este assunto está relacionado à lei de criação da Previdência Complementar Pública (PL 1.992/2010), após informação do escritório será retomada nova discussão com os associados para saber quais iniciativas serão adotadas. Logo após, Ana Maria Evaristo Cruz, presidente da Asibama Nacional deu os informes sobre as ações da associação em relação aos temas do PLC 01/10 (regulamentação do artigo 23), Código Florestal Brasileiro (CFB) e negociação da carreira. Ela lembrou a inércia institucional durante a tramitação do projeto de lei complementar, iniciada em 2003, destacando que os servidores, por meio de suas entidades representativas, sempre estiveram atentos e atuando nas questões especialmente de 2008 para cá e que agora há necessidade de uma mobilização em torno do poder executivo para substanciar possíveis vetos, parciais ou totais a alguns artigos do PLC. Quanto ao CFB, informou que no dia 25/10, o relatório conjunto das Comissões de C&T e Agricultura foram lidos no Senado e que, no mesmo dia uma comissão de servidores do MMA, MDA, SINPAF, Ibama e ICMBio promoveu a entrega do Manifesto Conjunto sobre as mudanças no Código Florestal elaborado pela Asibama Nacional e assinado por várias outras entidades, ao presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal, Sen. Rodrigo Rollemberg. Informou ainda que está previsto para os dias 21 e 22 de novembro, a leitura do relatório do Sen. Jorge Viana na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. A presidente da Asibama Nacional agradeceu ao presidente da Asibama/DF a oportunidade e o espaço cedidos

nesta assembléia para os esclarecimentos sobre estes importantes temas e ressaltou a importância da mobilização e participação dos servidores junto ao Senado nestes dias. Sobre a negociação da carreira, Ana Maria relembrou o histórico da negociação desde a elaboração do Aviso Ministerial nº 238, em 2009, até os dias atuais, mostrando a todo momento a disposição dos servidores em negociar, mesmo com o rompimento durante a greve de 2010. Também chamou a atenção da plenária para o balanço que terá que ser realizado fruto dos 10 anos que a carreira de especialista em meio ambiente completará em janeiro de 2012, ano que se realizará a Rio +20. Por fim, informou que foram retomadas as negociações com a SRH/MPOG no dia 26/10 e que a próxima reunião está marcada para o dia 6 de dezembro. Henrique completou o informe lendo os seis pontos discutidos na reunião do dia 26/10 e que se encontram relatados na página virtual da Asibama Nacional (www.asibamanacional.org.br). Iniciando o segundo ponto de pauta, o presidente da Asibama/DF expressou perplexidade com fato ocorrido em 3 de novembro de 2011 quando muitos servidores do Ibama, que vêm acompanhando diariamente o registro da biometria do ponto eletrônico, perceberam alterações nos horários de registro individual do servidor, caracterizando uma clara violação do ponto eletrônico por quem gerencia o sistema. Desta forma, alguns servidores imprimiram a folha de ponto adulterada ou guardaram-na eletronicamente para futuros questionamentos. Ana Maria informou que está acionando formalmente a corregedoria do Ibama para apuração da violação que adulterou os batimentos biométricos nos registros eletrônicos dos servidores oferecendo seus próprios registros para comprovação. A Asibama/DF fará uma consulta aos advogados sobre as medidas cabíveis neste caso, entre as quais uma denúncia junto à Polícia Federal para apuração de responsabilidades. Marcelo Augusto Monteiro Ferraz, Diretor Sociocultural da Asibama/DF sugeriu que a Asibama Nacional formalize consulta à administração do Ibama, indagando se a atividade de controle de ponto é de atribuição regimental da área de informática ou da Coodenação Geral de Recursos Humanos. Também será provocada uma reunião com a administração do Ibama para discussão sobre procedimentos de biometria, gerenciamento do sistema, competências e responsabilização sobre violação do ponto, com pedido formal de todo o histórico das modificações realizadas. Quanto à disponibilidade do transporte para os servidores do Ibama, o presidente da Asibama/DF fez um histórico desde as alterações no horário de saída dos ônibus, com abaixoassinado dos usuários, solicitando a volta do horário anterior, e a resposta da administração mantendo o horário atual. Completando o histórico, está para encerrar o contrato do serviço de transporte e não se tem uma posição clara da administração do Ibama sobre sua renovação, uma vez que pelos corredores afirmam que a CGU tem pressionado para o cancelamento deste serviço. A PFE está com a responsabilidade de justificar a necessidade deste serviço para os servidores. O Coordenador de Serviços Gerais solicitou a palavra para esclarecer que a alteração de horário é de apenas 5 minutos e não dez como pleiteava o abaixoassinado; que a maior parte dos assinantes não se identificaram corretamente; que há uma baixa frequência de usuários das linhas de ônibus disponibilizadas; que a COSEG sempre defendeu o serviço de ônibus, disponibilizando uma série de cópias de documentos para a Asibama/DF; que a CGU não tem qualquer posição sobre o assunto; que a atual renovação de contrato, de 120 dias, expira agora, em 10/11/2011; e que a administração está tentando renovar o contrato por mais 60 ou 90 dias. O presidente da Asibama/DF então se colocou a disposição para iniciar, em conjunto com a com a COSEG, uma campanha para que os servidores do Ibama utilizem mais o transporte coletivo disponível, a começar pela disponibilização no Ibamanet e na página virtual da Asibama/DF dos itinerários dos ônibus. A servidora Goretti (ICMbio) alertou aos servidores que muito desta discussão do cotidiano institucional (ponto, ônibus, restaurante, etc) tira o foco das discussões mais transversais da política ambiental nacional, como a regulamentação do artigo 23 (PLC 01/10), alterações no Código Florestal e consolidação da nossa carreira, algo como uma cortina de fumaça para que os servidores não percebam o desmantelamento da legislação ambiental. Também ficou estabelecida a promoção de uma reunião com a Asibama/DF, administração do Ibama e PFE para discussão dos temas. Quanto ao ponto Avaliação de Desempenho, foi lembrada a portaria MMA nº 169, 18/5/11, que relata as metas institucionais do Ibama para o

período de 1/6/2011 a 31/5/2012, e enfatizada a necessidade de se definir metas que melhor reflitam o trabalho desenvolvido pelo Ibama em suas diferentes diretorias, assessorias e comissões. Na discussão deste ponto, a plenária lembrou que o Incra recentemente teve sua avaliação institucional negativa o que impactou na remuneração dos servidores daquele órgão. Ou seja, este tema é muito caro ao servidor e não pode ser encarado, tanto pelo servidor como pela administração do órgão, apenas como um mero instrumento burocrático. Ana Maria esclareceu que está para ser implantada em cada órgão que integra a carreira, uma Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD) – tanto institucional como individual – conforme prevê a legislação (Decreto nº 7.133/10 e portaria Ibama nº249/11). A Asibama Nacional foi solicitada a indicar dois servidores (titular e suplente) para comporem a comissão em cada órgão: MMA, Ibama e Instituto Chico Mendes. O presidente da Asibama/DF perguntou aos presentes se havia algum interessado em participar da CAD, como nenhum se voluntariou, pediu que os servidores abordassem colegas para a identificação de interessados, os quais devem procurar a Asibama/DF para colaborarem. Henrique finalizou lembrando a todos que assim surgem novas lideranças. No último ponto de pauta, foi feito um histórico sobre a reforma do restaurante e a paralisação do serviço de fornecimento de alimentação. Novamente o chefe da COSEG fez uso da palavra para informar: que está em curso não uma reforma do restaurante, mas sim uma adequação de sua cozinha, de modo a que esta seja aprovada pela fiscalização sanitária; que esta obra é executada pela mesma empresa ora contratada pelo Ibama para manutenção predial; que a expectativa de término desta adequação da cozinha é para janeiro de 2012; que, embora haja um projeto arquitetônico para ampliação do restaurante, este não está sendo levado em conta na atual adequação. O titular da COSEG não tem informação quanto à licitação do serviço de fornecimento de alimentação. Após discussão em plenária, definiu-se que o tema seja objeto de reunião com a administração, ocasião em que será solicitada transparência em relação ao assunto, seja sobre a adequação da cozinha, ora em andamento, seja sobre quando se dará a subsequente licitação de serviço de fornecimento de alimentação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia às 18h00 e lavrada a presente ata. Brasília, 9/11/2011.

Original Assinado e Arquivado

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Presidente da ASIBAMA-DF